BOLETIM INFORMATIVO

DO SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS PORTUGUESES

Nº45/Ano XXII — abril 2020

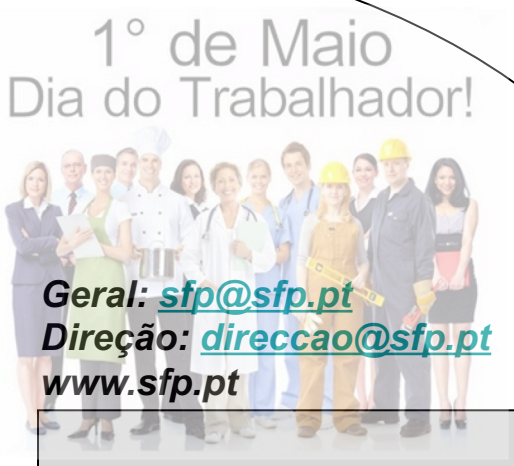
Pág. 3

8 Nova Direção-triénio 2019/2022

11 Balanço do triénio 2016/2019

16 SFP recomenda a leitura...

22 Contas 2019



Geral: ***sfp@sfp.pt***
Direção: ***direccao@sfp.pt***
www.sfp.pt

EDITORIAL

Apesar do Boletim estar concluído desde março, e em virtude da atual situação que todos vivemos, considerámos adiar o envio do mesmo, de forma a inserirmos informação relevante referente à pandemia e suas implicações sócio-laborais. Nesse sentido, elaborámos um capítulo exclusivamente com legislação e normas/orientações das entidades governamentais responsáveis pela gestão da crise instalada.

No passado dia 29 de dezembro foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, nº 48, de 2019, a constituição da nova Direção do Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses, eleita no dia 23 de Novembro de 2019, para um mandato de 3 anos, cumprindo-se assim, as disposições legais para a sua tomada de posse.

As eleições decorreram no decurso do 7º Congresso Nacional do Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses, evento que decorreu nas instalações da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa.

Gostaria de agradecer a todos os elementos da Direção cessante a colaboração que prestaram.

Durante o Congresso foi apresentado, pela anterior Direção, um balanço da atividade do SFP durante o seu mandato (2016/2019), que aqui publicamos. Os objetivos traçados para o novo mandato manter-se-ão nos mesmos moldes definidos pela anterior Direção, sendo prioritário a angariação de sócios, se quisermos continuar a contar com um Sindicato forte e representativo dos Fisioterapeutas.

O triénio ficou marcado por lutas laborais intensas, com convocação de muitas greves, em virtude da pouca vontade política do Governo para negociar com os sindicatos toda a legislação referente à revisão da carreira dos técnicos de diagnóstico e terapêutica (em CTFP), agora designada de técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica (TSDT), por via da publicação do D.L. 111/2017. De realçar, que no mesmo dia foi publicado o D.L. 110/2017, que regula a nova carreira de TSDT para os trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho (CIT), em tudo semelhante à anterior referida, e sendo esta, a grande conquista alcançada nas negociações com o Governo.

Em 2018, e após duras negociações, não se chegou a acordo relativamente à nova tabela remuneratória, e modelo de transição para a mesma, tendo o Governo, unilateralmente, feito publicar o D.L. 25/2019, muito contestado por todos os sindicatos e trabalhadores.

Foram ainda publicados os Acordos Coletivos para os trabalhadores em regimes CIT e CTFP, respetivamente, no BTE nº 23, 22/6/2018, pág. 1922, e no D.R., II Série, 1/7/2019, Parte J3, ACT nº 93/2019, e também nos Jornais Oficiais das Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Entretanto, continuamos a aguardar as negociações para acordo dos Diplomas referentes aos procedimentos concursais (este já tinha sido concluído em 2018), avaliação de desempenho e remuneração dos coordenadores e técnicos diretores, que devido ao atual enquadramento de crise sanitária, não sabemos quando se irão desencadear. Mais um contratempo, a que infelizmente já estamos habituados.

Termino, desejando que esta pandemia, inimiga da humanidade, como a designa a OMS, abrande o mais rapidamente e permita que seja aliviado o atual confinamento, para que a pouco e pouco possamos voltar à normalidade, apesar de sabermos que temos todos de continuar com as medidas de precaução, emanadas pelas entidades governativas, agora que se prevê o fim do estado de emergência.

Num momento em que celebramos a Liberdade e os valores da Democracia, e com a chegada do Dia do Trabalhador, é justo homenagearmos os trabalhadores, que vivem grandes dificuldades, uns por falta de trabalho, havendo já colegas a recorrerem ao Banco Alimentar, outros por estarem na linha da frente no combate ao Covid-19, em diversas áreas. Mais do que nunca, deveremos ser solidários, dentro das nossas possibilidades.

João Paulo Pequito Valente
Presidente do SFP

FICHA TÉCNICA

Propriedade – SFP – Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses
Morada - Azinhaga da Fonte, nº 17, Sala Q 1500-275 Lisboa
Tel. e Fax.: 210964423 (atendimento tel. fixo - 2ª e 5ª das 9.30 às 13.00 h)
Telem: 963311150 **email:** sfp@sfp.pt

LEGISLAÇÃO COM IMPACTO SÓCIO-PROFISSIONAL

DESPACHO N.º 4959/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 81/2020, SÉRIE II DE 2020-04-24
Determina que o seguimento clínico dos doentes COVID-19 que habitem em estabelecimento residencial para pessoas idosas e cuja situação clínica não exija internamento hospitalar é acompanhado, diariamente, por profissionais de saúde do ACES da respetiva área de intervenção, em articulação com o hospital da área de referência

DECRETO-LEI N.º 18/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 80/2020, SÉRIE I DE 2020-04-23
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

PORTARIA N.º 97/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 76-B/2020, SÉRIE I DE 2020-04-19
Altera a Portaria n.º 82/2020, de 29 de março, que estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais

DESPACHO N.º 4699/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 76-A/2020, SÉRIE II DE 2020-04-18
Determina que a percentagem de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de dispositivos médicos e de equipamentos de proteção individual identificados no anexo ao Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13 de abril, bem como de álcool etílico e de gel desinfetante cutâneo de base alcoólica, é limitada ao máximo de 15 %

PORTARIA N.º 94-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 76/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-17
Cria a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência

DECRETO N.º 2-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 76/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-17
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 20-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 76/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-17
Procede à segunda renovação da declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

PORTARIA N.º 94-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 74/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-16
Regulamenta os procedimentos de atribuição dos apoios excecionais de apoio à família, dos apoios extraordinários à redução da atividade económica de trabalhador independente e à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, do diferimento das contribuições dos trabalhadores independentes e do reconhecimento do direito à prorrogação de prestações do sistema de segurança social

DECRETO-LEI N.º 14-G/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 72/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-13
Estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

DECRETO-LEI N.º 14-F/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 72/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-13
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

LEGISLAÇÃO COM IMPACTO SÓCIO-PROFISSIONAL

DESPACHO N.º 4396/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 71-A/2020, SÉRIE II DE 2020-04-10
Prorroga os efeitos do Despacho n.º 3301/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 52, de 15 de março de 2020, que estabelece regras aplicáveis aos profissionais de saúde, com filho ou outros dependentes a cargo menores de 12 anos

LEI N.º 7/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 71-A/2020, SÉRIE I DE 2020- 04-10
Estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho

DECRETO-LEI N.º 12-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-06
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

PORTARIA N.º 85-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 67/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-03
Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios de caráter extraordinário, temporário e transitório, destinados ao setor social e solidário, em razão da situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19, tendo em vista apoiar as instituições particulares de solidariedade social, cooperativas de solidariedade social, organizações não-governamentais das pessoas com deficiência e equiparadas no funcionamento das respostas sociais

PORTARIA N.º 82-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 64/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-31
Cria uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, e introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições

PORTARIA N.º 82/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 62-B/2020, SÉRIE I DE 2020-03-29
Estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais

DECRETO-LEI N.º 10-G/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26
Estabelece uma medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19

DECRETO-LEI N.º 10-F/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26
Estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

DESPACHO N.º 3659-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 59/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-24
Determina os termos do funcionamento dos serviços presenciais da Segurança Social, da Autoridade para as Condições do Trabalho, da Direção- Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P

LEGISLAÇÃO COM IMPACTO SÓCIO-PROFISSIONAL

DESPACHO N.º 3614-D/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-23
Define orientações para os serviços públicos em cumprimento do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, em execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março

DESPACHO N.º 3547-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 57-B/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-22
Regulamenta a declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, bem como as condições de funcionamento em que estes devem operar

DESPACHO N.º 3301-E/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-15
Delega nos dirigentes máximos, órgãos de direção ou órgãos de administração, dos órgãos, organismos, serviços e demais entidades, incluindo o setor público empresarial do Ministério da Saúde, a competência para autorizar a contratação de trabalhadores para a constituição de vínculos de emprego a termo, pelo período de quatro meses, tendo em vista o reforço de recursos humanos necessário à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia COVID-19

DESPACHO N.º 3301/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, SÉRIE II DE 2020-03-15
Regras em matéria de articulação entre a assistência à família e a disponibilidade para a prestação de cuidados, como forma de garantir a continuidade da resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

DESPACHO N.º 3300/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, SÉRIE II DE 2020-03-15
Medida de caráter excecional e temporário de restrição do gozo de férias durante o período de tempo necessário para garantir a prontidão do SNS no combate à propagação de doença do novo coronavírus

DECRETO-LEI N.º 10-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-13
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

DESPACHO N.º 3103-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 48/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-09
Operacionaliza os procedimentos previstos no Despacho n.º 2875-A/2020, no âmbito do contágio pelo COVID-19

DESPACHO N.º 2875-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 44/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-03
Adota medidas para acautelar a proteção social dos beneficiários que se encontrem impedidos, temporariamente, do exercício da sua atividade profissional por ordem da autoridade de saúde, devido a perigo de contágio pelo COVID-19

DESPACHO N.º 2836-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 43/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-02
Ordena aos empregadores públicos a elaboração de um plano de contingência alinhado com as orientações emanadas pela Direção-Geral da Saúde, no âmbito da prevenção e controlo de infeção por novo Coronavírus (COVID-19)

NORMAS/ORIENTAÇÕES - DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE

Norma nº 004/2020 de 23/03/2020 atualizada a 25/04/2020
COVID-19: FASE DE MITIGAÇÃO - Abordagem do Doente com Suspeita ou Infeção por SARS-CoV-2

Norma nº 011/2020 de 18/04/2020
COVID-19: FASE DE MITIGAÇÃO - Saúde Mental

Norma nº 010/2020 de 15/04/2020
COVID-19: FASE DE MITIGAÇÃO - Abordagem de Assintomático com Teste Laboratorial Positivo

Norma nº 007/2020 de 29/03/2020
Prevenção e Controlo de Infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19): Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Revoga a Orientação nº 003/2020 de 30/01/2020.

Norma nº 001/2020 de 16/03/2020
COVID-19: Primeira Fase de Mitigação - Medidas Transversais de Preparação

Orientação nº 009/2020 de 11/03/2020 atualizada a 07/04/2020
COVID-19: Fase de Mitigação - Procedimentos para Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), Unidades de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) da Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI) e outras respostas ...

Orientação nº 020/2020 de 03/04/2020
COVID-19: FASE DE MITIGAÇÃO - Cuidados de Reabilitação e Respiratórios Domiciliários

Orientação nº 019/2020 de 03/04/2020
COVID-19: FASE DE MITIGAÇÃO - Utilização de Equipamentos de Proteção Individual por Pessoas Não-Profissionais de Saúde

Orientação nº 018/2020 de 30/03/2020
COVID-19: FASE DE MITIGAÇÃO - Gravidez e Parto

Orientação nº 014/2020 de 21/03/2020
Infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19) - Limpeza e desinfeção de superfícies em estabelecimentos de atendimento ao público ou similares

Orientação nº 013/2020 de 21/03/2020
Profissionais de Saúde com Exposição a SARS-CoV-2 (COVID-19)

Orientação nº 002A/2020 de 25/01/2020 atualizada a 09/03/2020
Doença pelo novo Coronavírus (COVID-19) - Nova definição de caso

Orientação nº 006/2020 de 26/02/2020
Infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19). Procedimentos de prevenção, controlo e vigilância em empresas

Orientação nº 002/2020 de 25/01/2020 atualizada a 10/02/2020
Infeção pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)

COVID-19

DOCUMENTOS, GUIAS, FOLHETOS INFORMATIVOS E VIDEOS

DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE

Plano Nacional de Preparação e Resposta para a doença por novo coronavírus (COVID 19)
O Plano Nacional de Preparação e Resposta para a doença por novo coronavírus (COVID 19) é uma ferramenta estratégica de preparação e resposta a uma potencial epidemia pelo vírus SARS CoV 2. Este Plano tem como referencial as orientações da Organização Mundial da Saúde e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças, sendo o documento de referência nacional no que respeita ao planeamento da resposta a COVID 19.

Guias para Profissionais de Saúde

Guias para Instituições

Guias para Cidadãos

Materiais de Divulgação
Cartazes, Folhetos informativos, Videos, etc.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FISIOTERAPEUTAS (APFISIO) E WORLD CONFEDERATION FOR PHYSICAL THERAPY (WCPT)

Covid-19-Recursos/APFisio

Campaigns: COVID-19 and physiotherapy
Find out more about campaigns related to COVID-19 and physiotherapy

Practice based resources
Covering acute care, infection prevention and control, MSK, guidelines, education on COVID management, digital/telehealth and private practice

Intervenção da Fisioterapia na COVID-19 em ambiente hospitalar para casos agudos
Guideline traduzido

Health and wellbeing of physiotherapists
Looking after the mental health and wellbeing of physiotherapists

Nova Direção

Triénio 2019/2022

João Paulo Tavares Pequito Valente
Sócio nº 170, licenciado em fisioterapia pela ESTeSL (2001), bacharel pela ESSA (1983).
Exerceu funções no departamento de pediatria do CMR de Alcoitão (1983-1985), no Hospital de S. José (1985-1994), e no Hospital Pulido Valente (de 1994 a 2008). Atualmente, para além da atividade sindical, exerce no privado. Colaborou com a ESSA e com a ESTeSL, como monitor de estágios e professor.
Membro da Direção do SFP desde 2007, sendo presidente desde 2010.

Nuno Miguel Baptista Lourenço
Sócio nº 521, licenciado em fisioterapia pela Universidade Atlântica (2007).
Exerce funções em contexto hospitalar desde 2006(CMR Alcoitão).Membro da Direção do SFP desde 2007.

Jorge Manuel Oliveira de Sousa
Sócio nº 149, licenciado em fisioterapia pela ESSA (2010), e bacharel pela mesma Escola (1993).
Exerceu funções no Hospital Distrital Setubal-São Bernado (1993-94). Fisioterapeuta do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, desde 1994, onde exerce funções de sub-coordenador desde 2015.
Colaborador da ESSA, ESSCVP e ESS Atlântica, como monitor de estágios.

Ana Judite Viola Andrade Santos
Sócia nº 509, licenciada em fisioterapia pela ESTeSL (2002), mestre em fisioterapia, área de especialização saúde da mulher pela ESSA (2013). Atualmente a desempenhar funções no ACES Alentejo Central - URAP - CS Montemor-o-Novo. Exerceu funções no CHLN - Hospital de Santa Maria e na prática privada, desenvolvendo as suas áreas de intervenção na saúde da mulher, disfunções pavimento pélvico e pediatria.
Colabora com o SFP desde 2007.

Pedro Manuel Marques Dias Casaquinha
Sócio nº 169, licenciado em fisioterapia pela ESSA (2004), e bacharel pela mesma Escola (1996).
Exerce funções no ACES Dão-Lafões I, desde 2007. Membro da Direção do SFP desde 2010.

Sara Pratas Pinheiro de Sousa Carvalhinho
Sócia nº 462, licenciada em fisioterapia pela ESSA (2003).
Desempenha desde então as funções de fisioterapeuta na prática hospitalar e privada.
Tem desenvolvido a sua prática profissional nas diversas áreas de intervenção, com destaque para a fisioterapia em meio aquático. Monitora de estágios.
Dirigente sindical desde 2004, sendo Presidente do SFP no triénio 2004-2007.

Pedro da Silva Portugal
Sócio nº 574, licenciado em fisioterapia pela ESTeSL (2001).
Desempenha funções no SAMS (Serviços de Assistência Médico Social do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas).

Manuel Francisco Nunes de Medeiros
Sócio nº 55, licenciado em fisioterapia pela ESSA.
Desempenha funções no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, S. Miguel, Açores.

Inês Bento Martins
Sócia nº 236, licenciada em fisioterapia pela ESTeSL (2007), bacharel pela ESSA (1993).
De 1993 até 1998 exerceu funções em clínicas e hospital privados. Desde 1998 exerce funções no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.
Colaborou com a ESSCVP E ESSJP como monitora de estágios. Membro da Direção do SFP desde 2010.

Restantes Órgãos Nacionais

Mesa do Congresso

1- Maria Leonor Lopes Gomes Madureira
2- Ana Maria Teixeira da Rocha Santos
3- Maria Teresa Tomás Seguro
4- Inês Isabel Carreira Proença
5- Maria Paula Albergaria Pacheco

Conselho Nacional

1- José Adelino Traguedo Silva
2- Virgínia Maria Marques
3- Luis Miguel Silveira da Rocha Nave
4- Margarida Ferreira de Sousa
5- Maria da Graça Melo Mendes Jorge
6- Maria Leonor Lopes Gomes Madureira
7- Maria Paula Albergaria Pacheco
8- João Alexandre Ribeiro de Carvalho
9- Luisa Maria das Neves Jacinto
10- Lourdes Rodrigues Teles

Conselho de Fiscalização

1- João Paulo Fonseca e Sousa
2- Natalina José Alegria Almeida
3- Gisela Marisa Branco Afonso
4- Graça do Rosário Sardinha Bento da Nave
5- Sónia Isabel Diegues Pimentel

Conselho de Disciplina

1- Paula Maria Franco Serra
2- Maria José Lopes Nunes Miranda
3- Victor Manuel Barreiros Pinheira
4- Carla Luzia Vicente Pimenta
5- Maria Conceição Gomes Machado

Objetivos para o triénio

1- Aumentar o nº de sócios

2- Melhorar o grau de satisfação dos sócios

3- Participar nos Acordos de interesse profissional

4- Fomentar o dinamismo associativo

5- Combater o exercício profissional inqualificado

6- Facilitar o aumento da empregabilidade

Balanço do triénio 2016/2019

Participação em Acordos e matérias de interesse profissional

- Carreiras na Administração Pública

Após conclusão das negociações, em final de 2016, para a revisão da carreira de TDT (para os trabalhadores em RGTFP), que passou a designar-se "Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica", e criação da carreira de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, para os trabalhadores com contrato individual de trabalho (CIT), a exercer nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integradas no SNS, e só depois de terem sido convocadas greves em 21 e 22 de junho de 2017, e a 29 por tempo indeterminado, pois inexplicavelmente, a 5 de junho, os Projetos de Decreto-Lei das carreiras de TSDT ainda não tinham sido aprovados em reunião de Secretários de Estado, alegadamente por motivos orçamentais, e porque o Governo não queria abrir exceções relativamente a revisões de carreiras na AP, finalmente foram publicados os Decretos-Lei nº 110/2017 e nº 111/2017, que estabeleceram o novo regime legal das carreiras de TSDT (o primeiro para os CIT e o segundo para os CTFP).

O ano de 2018 foi preenchido com as negociações dos Diplomas que regulariam as novas tabelas remuneratórias, processos concursais, avaliação de desempenho, regime de horários e trabalho e outras matérias, previstos nos anteriores DL. No entanto, convém não esquecer, estas só tiveram reinicio depois de ter sido convocada uma greve por tempo indeterminado, em novembro de 2017, que quase durou 1 mês!

Mas as contrariedades não se ficaram por aqui. Devido a 2 alterações na equipa ministerial da saúde, uma no final de 2017, com a substituição do Secretário de Estado, e outra em outubro de 2018, com a substituição do Ministro, as negociações arrastaram-se, tendo estado suspensas num total de mais de 4 meses, com o consequente prejuízo.

O primeiro a ser publicado, no BTE nº 23, de 22/6 (pág. 1922) , sendo uma grande conquista, foi o novo Acordo Coletivo (AC) outorgado entre as Entidades Públicas Empresariais, integradas no SNS, e os sindicatos representativos dos TSDT, e que foi aplicado aos trabalhadores a elas vinculados por contrato de trabalho de direito privado (CIT), integrados na respetiva carreira. De realçar, que com esta regulamentação os CIT passam a estar equiparados aos CTFP, nomeadamente no que se refere ao regime de horários e remunerações. Foi uma das grandes conquistas das negociações.

A proposta de tabela salarial e regras de transição foram negociadas durante todo o ano de 2018, sem que se tivesse chegado a acordo, tendo o Governo terminado unilateralmente as negociações, resultando na publicação do D.L. nº 25/2019, de 11/2, que veio provocar ainda mais contestação, revelada com a grande manifestação de dia 21 de fevereiro de 2019 (Belém-A.R.), depois de um ano com muitas greves e concentrações (15+3), em maio, junho, julho, outubro e dezembro (10).

Também em 2018, realizaram-se cerca de 15 Plenários de trabalhadores pelo país, com o objetivo de encontrar soluções para que fosse alterada a aplicação da nova tabela salarial.

Simultaneamente, os Sindicatos reuniram com os Grupos Parlamentares por diversas vezes, em 2018 e 2019, para exporem a injustiça gerada com a aplicação do DL 25/2019 (nova tabela), resultando na apreciação parlamentar do Diploma solicitada pelos BE, PCP e PSD, com consequentes propostas de alterações ao mesmo. No final, o Parlamento não aprovou nenhuma das alterações, pelo que o DL se mantém em vigor.

De realçar, a Audição na Comissão Parlamentar da Saúde, no dia 19/12/18, onde os Sindicatos, SFP incluído, apresentaram as razões das suas reivindicações, denunciando a evidente injustiça a que estes profissionais têm sido sujeitos.

Entretanto, finalmente tinha sido publicado no Diário da República nº 123/2019, Série II, de 1 de julho, o novo Acordo Coletivo da Carreira Especial de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, para os trabalhadores com vínculo de emprego público (RCTFP), outorgado entre os sindicatos e o empregador público (A.P.), após mais de um ano de concluídas as negociações e respetivo acordo, em tudo semelhante ao AC para os CIT, publicado em junho do ano anterior. Não foram apresentadas razões para tal demora.

- **Acordos Coletivos com hospitais EPE's das Regiões Autónomas**

Foi publicado dia 11 de janeiro de 2019, no Jornal Oficial do Governo dos Açores, II Série, nº 8, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) entre o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER, o Hospital da Horta, EPER, e os Sindicatos, aplicável aos trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, vinculados por contrato individual de trabalho a entidades prestadores de cuidados de saúde com natureza empresarial pública, integradas no Serviço Regional de Saúde dos Açores. Com a entrada em vigor do Diploma, foi finalmente implementado o período normal de trabalho de 35 horas semanais, replicando assim, o que já acontecia para os trabalhadores em regime de contrato em funções públicas, colmatando assim uma das principais reivindicações dos colegas.

Foi publicado no dia 9 de setembro no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), III Série, nº 16, o Acordo de Empresa (AE) entre o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E. - SESARAM, e os Sindicatos, aplicável aos TSDT que exercem funções inerentes à carreira de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, no SESARAM, e vinculados por contrato de trabalho de direito privado (CIT).
E no dia 20, o Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) entre o SESARAM, E.P.E., e os Sindicatos, aplicável aos TSDT que exercem funções inerentes à carreira de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, no SESARAM, e vinculados por contrato de trabalho em funções públicas.

- **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

Em 15 maio de 2017, foi publicado em BTE nº 18, o novo Acordo de Empresa com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo de realçar a integração dos fisioterapeutas na carreira dos Técnicos Superiores, apesar da transição dos atuais profissionais para a nova tabela remuneratória ter ficado aquém do pretendido pelo SFP e restantes sindicatos, pelo que foi apresentada uma proposta para corrigir os casos em que ocorreram um maior prejuízo.
Apesar de muitas situações terem sido corrigidas, ainda existem casos que urge resolver, pelo que foi convocada a Comissão Paritária que ainda continua em reuniões.

- **Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI)**

Participação nas negociações do Acordo de Empresa, a decorrer desde março de 2012, e que se encontram suspensas desde finais de 2013.
A Direção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), que como entidade patronal gere os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) do Sul e Ilhas encerrou em 31 de Dezembro de 2018, o processo de Mediação requerido junto do Ministério do Trabalho, pelos Sindicatos que representam os trabalhadores ao seu serviço. O seu claro objetivo é fazer caducar os Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), que se aplicam aos Trabalhadores do SBSI e SAMS Sul e Ilhas.
Em 2017 foram decretados dois dias de greve e em 2018 um, com manifestação e desfile até ao Ministério do Trabalho, com o objetivo de alertar o Governo para a situação e pressionar para que não seja aprovada a caducidade dos IRCT.
Em 2019 foram solicitadas reuniões no Ministério do Trabalho, que ainda aguardam marcação.

- **Lusíadas, S.A.**

Em 2018 o SFP reuniu com representantes da Administração da Lusíadas, SA, onde apresentou um caderno reivindicativo, de acordo com o que os colegas do Hospital de Lisboa transmitiram ser prioritário, como: aumentos salariais; implementação da jornada contínua; férias (premiar a antiguidade e/ou premiar a assiduidade); uniformização do subsídio de alimentação; regime de horário de 35h/semana.
Até ao momento, apenas foi alcançado a implementação da jornada contínua, para os fisioterapeutas que optem por este regime.
Relativamente aos aumentos salariais, houve o compromisso de levar à discussão com a Administração a oportunidade de se falar na atualização salarial, de acordo com o que tem acontecido noutros setores de atividade, até porque os salários têm estado congelados desde a "troika" e até antes. Comprometeram-se a uniformizar o subsídio de alimentação, só não sabem quando.

Participação em reuniões e afins

2017- Cerca de 38 reuniões de negociação de carreiras e acordos de empresas, referentes à Administração Pública, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e a audiências na AR e no Ministério do Trabalho, e ainda em 4 plenários de trabalhadores, tendo sido representado pelos membros da Direção, João Paulo Pequito, António Coelho, Nuno Lourenço e Jorge Sousa.
2018- Cerca de 36 reuniões de negociação de carreiras e acordos de empresas, referentes à A.P., à SCML, ao SBSI e Hospital dos Lusíadas; 12 Plenários de trabalhadores, em diversas cidades; 7 Audiências Parlamentares; 1 Audição na Comissão Parlamentar da Saúde.
Nestas ações, o SFP esteve representado pelos membros da Direção, João Paulo Pequito, António Coelho, Nuno Lourenço e Jorge Sousa.
2019- Cerca de 42 reuniões reativas à A.P., SCML, Audiências Parlamentares, Conselho Económico e Social (serviços mínimos greves), Comissões Paritárias e uma reunião em abril com o Secretário Geral da CGTP, Arménio Carlos.
Em representação do SFP estiveram o João Paulo Pequito, o Nuno Lourenço e o Jorge Sousa.

Adesões a Greves e Manifestações

Este triénio ficou marcado por muitas e grandes jornadas de luta, muito por culpa da inoperância do Governo em iniciar as negociações para a revisão da carreira e restante legislação complementar.
Assim, em **2017**: 11/1 e 23/3 - greve nos SAMS; 21, 22 e 24/6 greve na AP; 12 e 13/10 greve na AP; 2/11 greve na AP, por tempo indeterminado, que durou cerca de um mês, tendo terminado após compromisso do SE em recomeçar as negociações referentes aos Diplomas em falta. No entanto, em dezembro demite-se o SE, pelo que de novo houve mais uma pausa.
Em **2018**: 24 e 25/5 - greve na A.P. e grande manifestação com desfile do Marquês de Pombal até à A.R. (24); 22/6 - greve na A.P. e manifestação/desfile até à residência do Primeiro-Ministro; 13/7 - greve na A.P.; 29/10 - greve na A.P. e grande manifestação com desfile até à A.R.; 27/11 - greve nos SAMS com concentração em frente do Centro Clínico. Em dezembro, 10 dias na A.P.
Em **2019**: 21/2 - greve na A.P. e manifestação/desfile de Belém até à A.R.;
12/7 - greve na A.P.

Comissão instaladora da Ordem dos Fisioterapeutas

O SFP recebeu em novembro Ofício da ACSS para apresentar os seus representantes para a Comissão Instaladora da OF.

Processo do CHLC (trabalho suplementar fins-de-semana)

Durante o corrente mês de novembro o SFP foi informado que as partes reuniram perante o Juiz, para tentarem chegar a um entendimento.
Neste momento, sabemos que as despesas de tribunal irão ficar por conta do CH, tendo-se para já conseguido uma indemnização aos fisioterapeutas que colocaram a ação, de 500€, não estando ainda acordado.
Lembramos que esta ação remonta a 2012.

Divulgação de informação/comunicação aos sócios

- Através de correio electrónico:
Resolução de problemas
Divulgação de informação importante
Genérica técnica
Concursos
Divulgação de formação/ressalvas
- Através do boletim informativo
Foram editados 3 boletins com informação relativa à actividade do Sindicato, divulgação de legislação relevante e artigos do assessor jurídico.
O boletim de 2019 foi enviado unicamente em suporte digital, por questões económicas, mas também ecológicas, permitindo por outro lado, ser mais interativo, com introdução de fotos e filmes, e a cores.
- Através do site
- Através do facebook

Angariação de sócios

- Apelo à inscrição site/facebook/emails
- Presença nas Jornadas
- Contacto telefónico/estratégias paralelas
- Parcerias
- Novas inscrições no triénio – 9 (2017-3; 2018-2; 2019-4)
- Desistências – 15 (2017-5; 2018-4; 2016-6)
- **Saldo Negativo no triénio - 6**

As desistências reflectem o momento que vivemos. De todos os sócios desistentes contactados, a grande maioria esteve relacionado com a necessidade de cortar nas despesas. Um associado transferiu-se para outro sindicato (Madeira), e suspeitamos de um outro também (Açores), e ambos em 2019 (relacionamos com os Acordos celebrados). Por outro lado, um novo sócio transitou de outro para o nosso sindicato.
Infelizmente, o objectivo de aumentar o nº de sócios não foi alcançado, tendo até havido um saldo negativo. Será um desafio invertermos esta situação nos próximos mandatos.

Fomentar o dinamismo dos associados

Abertura do Boletim à participação:
Artigos
Dinamização rubricas
Homenagem sócios/ Espelhar o reconhecimento pelos pares
Webmail
Site
Facebook (sócios e não sócios) – 5656 gostos

Apoio a sócios

Foram prestados mais de 100 esclarecimentos aos sócios, via correio electrónico (a grande maioria) e telefonicamente. A grande maioria das questões contaram com a colaboração do consultor jurídico do SFP.
Questões laborais mais comuns:
Descongelamentos, Novas Carreiras, Horários, Salários em atraso, Mobilidade, Parentalidade, Pagamentos horas extraordinárias/subsídios, Despedimentos, Estatuto de trabalhador-estudante, Avaliação de desempenho, Cláusulas Contratuais, Problemas de saúde ocupacional/baixas, Concursos, Coordenação, Procedimentos disciplinares, Gabinetes/ERS/ARS.

Site: www.sfp.pt

O site continua a ser um meio importante para a divulgação da atividade do SFP, pese embora, ainda não se apresentar como desejaríamos. Temos feito um esforço para que se mantenha atualizado.

Combater o exercício profissional inqualificado

Foram efetuadas algumas denúncias, mas sem qualquer efeito prático, por falta de testemunhas.

Facilitar o aumento da empregabilidade

- Divulgação de empregos
- Exigência de aumento postos de trabalho na AP de modo a suprir carência de necessidades

Apresentações âmbito académico

- Instituto Politécnico de Setúbal
- Universidade Atlântica

Pareceres

O SFP pronunciou-se em relação aos regulamentos internos de 5 Instituições Hospitalares.

Pesquisa permanente

-Publicação de concursos
-Legislação diária
-Publicitações dos diversos organismos do MS
-Internacionais (WCPT, OMS; OIT)
-Diversos sindicatos e estruturas representativas profissionais de saúde
-Parlamento

Relação institucional com a APF

Colaboração Institucional
Reuniões de trabalho com os corpos dirigentes da APFisio, onde foram debatidos temas atuais, como as novas carreiras e regulamentação respetiva às matérias em falta e a regulação da profissão (2 em 2017).

Nova Sede

Desde 1 de abril de 2016 o SFP está sediado na Azinhaga da Fonte, nº 17, Sala Q 1500-275 Lisboa, à Avenida do Colégio Militar.

Balanço das contas

As contas de 2017 revelaram um saldo negativo (-644,54€), embora com uma melhoria significativa relativamente a 2016, sendo de referir que tivemos gastos extra com a aquisição de um novo computador portátil e criação de uma nova base de dados, e ainda a reformulação do site.
Em 2018, o saldo negativo (-1246,69€) ficou muito a dever-se aos gastos extra que tivemos com as despesas relacionadas com as diversas ações de luta desenvolvidas ao longo do ano, e que foram muitas, mas que também são reveladoras da grande atividade em que o SFP se viu envolvido, sinal da sua vitalidade.

Restrições
Orçamentais
Recursos Humanos

Síntese Estatísca do Emprego Público - DGAEP
4º trimestre 2019
Enfermeiros e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica em destaque

Segundo a última publicação da DGAEP, e de acordo com dados de outubro de 2019, os enfermeiros e os técnicos de diagnóstico e terapêutica foram os profissionais da Administração Pública, onde houve maior impacto no aumento salarial, devido ao descongelamento das carreiras iniciado em 2018, tendo havido uma variação positiva a outubro de 2018 de 7,8% e 5,9%, respetivamente.
De acordo com os dados das remunerações referentes ao mês de outubro passado, um enfermeiro tinha um salário base médio que rondava os 1430€ por mês. Um ano antes o valor era de 1327€. No caso dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, em outubro de 2019, o salário base médio mensal rondava os 1295€, enquanto o valor homólogo em 2018 era de 1223€.
O aumento homólogo verificado nestas duas carreiras profissionais ficou muito acima da média do total da Administração Pública, que se fixou nos 2,2%.

Link:https://www.dgaep.gov.pt/upload//DIOEP/2019/SIEP4T/DGAEP-DIOEP_SIEP_2019_T4_14022020.pdf (pág. 3/4)

Comentário do SFP: Para serem mais corretos, estes dados deveriam referir que os incrementos observados também se devem à aplicação da nova tabela salarial, publicada em fevereiro de 2019, a qual deveria ter sido já aplicada há 10 anos. No fundo, é uma verdade enganosa e deturpada, como convém ao Governo.

CITE
COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO

40 ANOS

Artigo de opinião
5 breves notas sobre a construção de uma nova agenda de promoção da igualdade de género no trabalho e no emprego

Ao comemorar os 40 anos da sua intervenção, a CITE lança-nos um desafio: como enfrentar e resolver a igualdade de género no trabalho e no emprego no futuro? Quais as metas mais urgentes, que políticas publicas desenvolver para atingir a igualdade de género já inscrita e aprovada nos direitos sociais e nas leis? E o que está na lei, é suficiente ou também tem de ser alterado e monitorizado?
Para serem bem respondidas, as perguntas exigiriam efectuar análises e diagnósticos aprofundados e debatê-los. As notas e as observações que aqui se apresentam são breves apontamentos que visam, antes de mais, propor uma metodologia de reflexão e relembrar alguns dados.

Karin Wall
Socióloga, Diretora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Link: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/artigo_karin_wall.pdf

Nova morada do SFP

Azinhaga da Fonte, nº 17, Sala Q,
1500-275 Lisboa

WEBMAIL

Solicitamos a todos os sócios que não recebem os nossos emails, que nos enviem o respetivo correio eletrónico, para que possamos mantê-los informados e atualizados de todas as matérias relevantes para a profissão.

O Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses (SFP) é o único parceiro social que defende única e exclusivamente os Fisioterapeutas, o único órgão possível de negociação das questões importantes da Fisioterapia com o Governo. É esta a função de parceria social de todos os Sindicatos.

O SFP e a APF cruzam-se no ponto em que pretendem "a melhor Fisioterapia em Portugal" com os direitos e deveres que assistem a todos os Fisioterapeutas como profissionais licenciados e com autonomia de intervenção. Trabalhamos em campos diferentes, mas complementares, e com um mesmo objetivo final. No entanto, só o SFP "se senta na mesa de negociações com o Governo", no que à matéria laboral diz respeito. E é precisamente neste momento que o SFP tem que ser representativo, tem que ser a VOZ de muitos Fisioterapeutas, pelo que é fundamental a **Sindicalização** destes mesmos, independentemente do fato de pertencerem ou não à APF.

É ao Sindicato que compete o esclarecimento/resolução das questões laborais, providenciando todo o apoio, nomeadamente, se necessário, através do seu assessor jurídico. Por isso:

SINDICALIZA-TE

Parcerias

Divulgamos as parcerias/acordos com as entidades abaixo discriminadas que continuam a beneficiar os sócios do SFP:

Cambridge School
www.cambrigde.pt
Desconto de 10% nos cursos de Inglês, Francês e Alemão aos associados e colaboradores do Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses, seus cônjuges e filhos.

Hotéis Vila Galé
www.vilagale.pt
Desconto de 5% sobre a Tarifa Promocional BAR (Best Available Rate). Reservas através da Central de Reservas, pelo telefone (+351)707 214 214. O cartão de associado deverá ser apresentado no acto de check-in.

Proft Fardas
www.proftfardas.com
10 % desconto aos associados do SFP, sendo o desconto apenas válido em compras directas à PROFT;

Lusodidacta
www.lusodidacta.pt
5% de desconto em todos os livros de edição Lusodidacta/Lusociência e de sua distribuição exclusiva acumulando este com outros descontos disponíveis;

Alliance Française
www.alliancefr.pt
10% de desconto nos cursos internos de francês aos associados e seus familiares diretos.

Institutoptico
www.institutoptico.pt
Descontos para os sócios, que poderão ir de 10 a 30% (ex: óculos graduados, armações e lentes – 20%).

Grupo Lusófona
www.ulusofona.pt
10% de desconto na propina mensal, aos associados do Sindicato, aos seus cônjuges, ou a quem viva em condição análoga à dos cônjuges devidamente comprovada, e filhos à excepção do seguinte:
· Desconto de 5% na propina mensal nos cursos da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde;

Agência Abreu
http://www.abreu.pt
Os aderentes ao VA Abreu Card terão acesso a descontos e outros benefícios em campanhas associadas ao cartão e por períodos definidos.

Universidades Lusíada
www.ulusiada.pt
10% de desconto na propina mensal relativo a qualquer dos cursos, aos associados do Sindicato, aos seus cônjuges, ou equiparados e filhos.

Futuro Feliz em Família – Apoio domiciliário
http://www.tracodeuniao.com

Em todas é necessária a apresentação do cartão de sócio por parte dos associados, à excepção de compras on-line feitas à Proft, onde a confirmação é feita diretamente com o SFP, por parte da empresa.

Despacho n.º 12067/2019 - Diário da República n.º 242/2019, Série II de 2019-12-17
Saúde-Gabinete da Ministra
Nomeia a comissão instaladora da Ordem dos Fisioterapeutas e determina a sua composição

Portaria n.º 349/2019 - Diário da República n.º 191/2019, Série I de 2019-10-04
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
Regista os Estatutos da Escola Superior de Saúde Atlântica

Portaria n.º 301/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12
TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO
Define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes

Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 172/2019, Série I de 2019-09-09
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Carta para a Participação Pública em Saúde

Lei n.º 100/2019 - Diário da República n.º 171/2019, Série I de 2019-09-06
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Aprova o Estatuto do Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio

Lei n.º 95/2019 - Diário da República n.º 169/2019, Série I de 2019-09-04
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Aprova a Lei de Bases da Saúde e revoga a Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 185/2002, de 20 de agosto

Lei n.º 93/2019 - Diário da República n.º 169/2019, Série I de 2019-09-04
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Altera o Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro

Lei n.º 90/2019 - Diário da República n.º 169/2019, Série I de 2019-09-04
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade

Lei n.º 87/2019 - Diário da República n.º 168/2019, Série I de 2019-09-03
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Reforço da autonomia das entidades do Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos

Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 168/2019, Série I de 2019-09-03
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Dispensa a cobrança de taxa moderadora nos cuidados de saúde primários e demais prestações de saúde, procedendo à décima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro

Lei n.º 82/2019 - Diário da República n.º 167/2019, Série I de 2019-09-02
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Lei n.º 79/2019 - Diário da República n.º 167/2019, Série I de 2019-09-02
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

Decreto-Lei n.º 125/2019 - Diário da República n.º 164/2019, Série I de 2019-08-28
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Altera o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde

Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Altera o Estatuto da Aposentação e o Estatuto das Pensões de Sobrevivência e cria o novo regime de aposentação antecipada

Decreto Legislativo Regional n.º 8/2019/M - Diário da República n.º 149/2019, Série I de 2019-08-06
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Estabelece as regras e procedimentos a serem adotados pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E. P. E. - SESARAM, E. P. E. - no âmbito do processo de descongelamento das carreiras dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica

Acordo Coletivo de Trabalho n.º 93/2019 - Diário da República n.º 123/2019, Série II de 2019-07-01
Finanças - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
Acordo Coletivo da Carreira Especial de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica celebrado com o STSS, o SINDITE, o SINTAP e o SFP

Decreto-Lei n.º 85/2019 - Diário da República n.º 123/2019, Série I de 2019-07-01
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Permite aos trabalhadores da Administração Pública faltarem justificadamente para acompanhamento de menor de 12 anos no 1.º dia do ano letivo

Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2019 - Diário da República n.º 120/2019, Série I de 2019-06-26
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Autoriza a realização da despesa inerente ao acordo de cooperação para a prestação de cuidados de saúde no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão

Decreto-Lei n.º 71/2019 - Diário da República n.º 101/2019, Série I de 2019-05-27
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Altera o regime da carreira especial de enfermagem, bem como o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde

Portaria n.º 125-A/2019 - Diário da República n.º 83/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-04-30
FINANÇAS
Procedimento concursal

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 134/2019 - Diário da República n.º 66/2019, Série I de 2019-04-03
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do segmento do artigo 43.º, n.º 1, do Estatuto da Aposentação, na redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que determina que a aposentação voluntária se rege pela lei em vigor no momento em que for proferido o despacho a reconhecer o direito à aposentação

Portaria n.º 72-A/2019 - Diário da República n.º 43/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-03-01
FINANÇAS, TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE
Procede à primeira alteração à Portaria n.º 17/2019, de 15 de janeiro, que fixa os preços a praticar nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

Resolução da Assembleia da República n.º 32/2019 - Diário da República n.º 42/2019, Série I de 2019-02-28
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Recomenda ao Governo que conclua rapidamente o processo negocial da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica

Resolução da Assembleia da República n.º 30/2019 - Diário da República n.º 41/2019, Série I de 2019-02-27
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Planeamento de recursos humanos no sector da saúde

Decreto-Lei n.º 29/2019 - Diário da República n.º 36/2019, Série I de 2019-02-20
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública

Decreto-Lei n.º 25/2019 - Diário da República n.º 29/2019, Série I de 2019-02-11
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Estabelece o regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira

Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2019 - Diário da República n.º 31/2019, Série I de 2019-02-13
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Aprova o Plano de Ação para a Segurança e Saúde no Trabalho na Administração Pública 2020

Resumo das contas do exercício 2019

As contas de 2019 apresentam um saldo positivo, situação que não se verificava há alguns anos, apesar dos sucessivos esforços de contenção de despesas e angariação de novos sócios.
O valor das quotas teve uma variação positiva de 800€, relativamente ao último ano, o que representa um bom registo, mas continuamos a necessitar de recrutar mais associados.

Custos	**24.331,79 €**
Fornecimentos e serviços externos	22.571,69 €
Outros gastos e perdas	1.760,10€
Quotas (Prestação de serviços)	**24.520,04 €**
Juros	**0€**
Resultado Líquido	**188,25 €**

Em destaque...

Durante o ano de 2019 foram nomeados técnicos superiores diretores da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica, ao abrigo do Decreto-Lei nº 111/2017, os fisioterapeutas Maria Teresa Pinto e António Sérgio Caneira, do Centro Hospitalar de Gaia/Espinho e Hospital Professor Fernando da Fonseca, respetivamente.
Já em março de 2020, foi a vez do nosso colega da Direção, Pedro Casaquinha, ser nomeado no ACES Dão Lafões.
O SFP congratula-se com esta nova etapa no percurso destes três profissionais, todos sócios do sindicato, e deseja as maiores felicidades no desempenho destas novas funções.
De referir, que temos conhecimento de outros colegas que brevemente poderão também ser nomeados, o que revela reconhecimento pelo nível de competência dos fisioterapeutas em cargos de coordenação, reforçando a imagem sócio-profissional destes profissionais.

Vozes ...

ESPAÇO DE OPINIÃO

Participe. A sua opinião como membro associado é importante. Este é um espaço reservado ao seu comentário, opiniões, sugestão de temas que gostaria de ver abordados no boletim informativo do SFP, etc...Não esqueça o espaço/opinião existente no site **www.sfp.pt**, bem como o endereço eletrónico **sfp@sfp.pt**. O SFP vem assim, propor aos seus associados a participarem na construção de imagens alusivas à fisioterapia (digitalizadas), no sentido de se dinamizar e enriquecer graficamente o nosso site, onde serão identificados os autores.